ISSN: 2358-8829

PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE: EDUCAÇÃO SEXUAL EM FOCO

Sharlene Pereira Alves [1]
Patrícia Ribeiro Feitosa Lima [2]

INTRODUÇÃO

As políticas públicas atribuídas a jovens e adolescentes proporcionam o entendimento das representações sociais destinadas a estes grupos ao longo da história. A promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes consiste em uma responsabilidade mútua da escola, da família e da comunidade. Contudo, nota-se que fatores como a falta de diálogo, a educação autoritária imposta pelos pais e a escassez de ações educativas contribuem para aumentar os mitos e tabus acerca da saúde sexual e reprodutiva ainda nos dias atuais, o que aumenta a exposição a práticas sexuais inseguras no público jovem, que, geralmente, experimenta a sexualidade de forma mais aguçada (Reis et al., 2023).

A partir do pressuposto, Franco et al. (2020) comprovam que a prevenção às doenças, agravos e desfechos negativos em saúde tem obtido relevância significativa, e a educação em saúde, através de ações estratégicas, deve ser direcionada aos diferentes públicos, incluindo, em grande parte, os adolescentes escolares.

Para auxiliar a busca pela segurança no tocante à saúde sexual e reprodutiva, é importante enfatizar que se compreendeu ser muito oportuno aprofundar no assunto sobre educação e sexualidade, mais precisamente às questões ligadas à saúde nesse âmbito. Ressalta-se que tratar esse tema é relevante para a enfermagem escolar, uma vez que a escola consiste em um ambiente privilegiado de troca de conhecimentos, onde o profissional de enfermagem pode demonstrar sua capacidade para educação em saúde, gerindo e proporcionando ações primordiais para informações adequadas ao público discente (Sena; Silva; Almeida, 2022).

[1] Doutoranda da Rede Nordeste de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - CE, Grupo de Pesquisa Corpo, Trabalho e Educação, sharlene.pereira02@aluno.ifce.edu.br;
[2] Pós-doutorado em Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, patriciaribeiro@ifce.edu.br.

METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de revisão bibliográfica, como base para o arcabouço teórico de uma tese de doutorado. Foi utilizada a base de dados LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde –, de onde foram selecionados três artigos científicos, datados a partir de 2022.

Dessa forma, inicialmente foi realizada uma busca de pesquisas sobre a educação sexual e reprodutiva na adolescência, objetivando identificar as concepções no âmbito das políticas no cuidado com abordagem educacional em saúde para o adolescente escolar, citadas em periódicos, por meio da literatura sobre o tema. Os descritores utilizados na pesquisa foram: política; adolescentes; educação; saúde sexual e reprodutiva

Destarte, foram empregados como critérios de inclusão os estudos que abordavam educação sexual e reprodutiva para o público adolescente, textos nacionais e trabalhos publicados com marco temporal definido de 2022 até os tempos atuais. Para finalizar a seleção, foram descartados os textos que não atendiam os critérios estabelecidos.

Assim, foram selecionados três artigos, organizados em fichas onde constava uma síntese para apreender os aspectos em saúde sexual e reprodutiva voltadas para a saúde dos adolescentes no contexto escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Sehnem et al. (2019), a adolescência é definida por uma referência etária e biológica, cuja formação ocorre em função das relações intergeracionais e das concepções sociais. Medeiros et al. (2021) enfatiza a importância de avaliar os fatores históricos e sociais que cercam essa fase, que é caracterizada por mudanças rápidas (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020). Isso inclui o desenvolvimento de estratégias e ações para promover a saúde nas escolas, bem como o monitoramento constante da saúde dos alunos.

Essa demanda é reforçada pela preocupação com a continuidade de problemas de saúde na fase adulta, como o transtorno depressivo, que parece estar ligado a um aumento na probabilidade de doenças cardiovasculares e aterosclerose prematura. A ocorrência de um episódio eleva a chance de que eventos semelhantes ocorram no futuro (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020).

Esse aspecto é alarmante, pois crianças e adolescentes estão continuamente expostos a diversos agentes, correndo o risco de desenvolver comportamentos prejudiciais à saúde, ao bem-estar integral e à competência social (Sales et al., 2020; Cardoso; Cecconello, 2019).

Soma-se a isso o fato de que, o acesso ao conhecimento adequado ainda é escasso para estudantes de escola pública, uma vez que o contexto social e as mídias não possibilitam o alcance de informações seguras, o que eleva o risco de práticas sexuais perigosas nesse público, como a gravidez indesejada (Brasileiro; Almeida, 2021). Dessa forma, a sexualidade na adolescência necessita ser tratada adequadamente no ambiente escolar, uma vez que propicia mudanças de comportamentos, tornando-se mediador de conhecimento para a vida. Tal fato também se justifica por não haver tratamento apropriado da saúde sexual e reprodutiva no convívio familiar do adolescente, apesar da corresponsabilidade atribuída à família, de acordo com a WHO (2018).

No âmbito da educação, com o interesse e preocupação sobre a garantia da permanência no ensino superior público e o sucesso acadêmico dos discentes, o Ministério da Educação publicou em 2007 a portaria nº 39, ampliada e alterada pelo decreto nº 7234/2010, o qual reorganizou e ampliou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de disciplinar a oferta de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior Públicas (Brasil, 2010a).

O PNAES apresenta como finalidade principal ampliar as condições de permanência e êxito dos jovens na educação pública federal, a partir de fatores como: a democratização dessa conjuntura; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; a redução das taxas de evasão e retenção; e, a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010a).

Consiste em um programa nacional que recomenda as diretrizes a serem legitimadas e utilizadas internamente pelas Instituições de Ensino Superior Públicas, contribuindo para a organização da assistência estudantil mediante políticas compostas por programas e serviços que integram um conjunto de ações canalizadas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico (Araujo et al., 2019).

Por sua vez, a assistência estudantil visa o provimento dos recursos que são fundamentais para ultrapassar obstáculos e demais impedimentos do bom desempenho acadêmico, configurando um mecanismo de direito social, ao permitir que os estudantes,

amparados por medidas em algumas áreas abrangidas no PNAES, possam ingressar em seus estudos e concluir seu processo de formação, ainda que não detenham as condições financeiras suficientes para tal (Fava; Cintra, 2022).

De acordo com Santos et al. (2021), a assistência estudantil incorpora as dimensões sociais, econômicas, culturais e sanitárias, por meio de ações multifacetadas, destinadas a propiciar condições favoráveis de saúde, acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, até o provimento dos recursos minimamente necessários para os estudantes, como, por exemplo, moradia, alimentação, transporte e auxílios financeiros para outros gastos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas atribuídas a jovens e adolescentes proporcionam o entendimento das representações sociais destinadas a estes grupos ao longo da história (Tasca; Brandão; Branco, 2020). No intuito de traçar as diferenças entre jovem e adolescente, Silva e Lopes (2009) apontam que o primeiro grupo se encontra com mais destaque como objeto da sociologia, sendo avaliado no âmbito do conjunto das relações sociais. A adolescência, por sua vez, aparece com mais frequência nos processos biológicos de mudança corporal e construção da personalidade, estando mais presente em pesquisas do campo da saúde.

Em tese, o cuidado à saúde do adolescente consiste em um processo complexo e multifatorial, visto que recebe influência de vários aspectos, como por exemplo, o contexto social, o qual se relaciona diretamente com os padrões de comportamento e com as condições de acesso à informação e à saúde (Barbiani et al., 2020). Além disso, Silva e Engstrom (2020) listam outros pontos envolvidos na atenção à saúde desse público, como a qualidade de vida, satisfação pessoal, aquisição de competências sociais, proteção contra a violência, acesso a condições básicas de vida.

Porém, em se tratando do atual estágio de cobertura do sistema de saúde no país para com a população adolescente, este ainda se encontra no nível incipiente quando confrontado às políticas destinadas a pessoas de outros segmentos, como crianças e idosos. Dessa forma, Barbiani et al. (2020) apresentaram recomendações de novos estudos, posicionando os desafios e perspectivas a serem trabalhados, seja do ponto de

vista da disponibilização de serviços de qualidade e equidade, seja do seguimento das pesquisas.

Embora outros estudos demonstrem progressos na utilização dos serviços de saúde no país, ainda são notórias desigualdades geográficas e sociais, sobretudo em grupos minoritários (Miranda et al., 2023). No que se refere ao público adolescente, Santana et al. (2021), em seu estudo, apontam a baixa procura ao serviço de saúde, ainda que identifiquem a necessidade de consultar um profissional da área.

Em virtude de ser uma fase de construção de hábitos, inclusive vinculados à saúde, os serviços devem se aproximar cada vez mais dos adolescentes e jovens, promovendo ações de educação e promoção de saúde centradas nas necessidades constatadas por esses indivíduos em seus diferentes contextos socioculturais e particularidades (Santana et al., 2021).

Nesse contexto, situar a adolescência e a juventude como enfoque da política pública e de produção científica demanda uma ótica baseada por evidências, integral, interprofissional e multisetorial, no reconhecimento desse público como sujeitos de direitos, como também na vinculação de suas reais necessidades nas pautas políticas (Barbiani et al., 2020).

O recorte atinente à juventude é recente nos marcos legais do país. Dourado, Santos e Alves (2022) afirmam que as primeiras citações a este grupo como pessoas com direitos remontam à segunda metade dos anos 1980. De início, haviam políticas públicas direcionadas aos adolescentes abordando a dimensão da violência, até então designada como seu registro típico, em virtude da suposta tendência a cometer atos criminosos.

Ao fim da década de 1980, surge o Programa de Saúde do Adolescente (Prosad), incentivado por movimentos sociais que participavam da redemocratização brasileira, do movimento da reforma sanitária e da criação do SUS. O Prosad, elaborado pelo Ministério da Saúde, foi o primeiro programa a estimular a participação social da juventude no desenvolvimento de políticas públicas na área da saúde (Jager et al., 2014).

A partir da década de 1990, as políticas públicas passam a reforçar a participação dos jovens no controle social, considerando-os como sujeitos autônomos, devendo ser inseridos nas decisões do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consiste em um relevante marco político-institucional dessa época, pois este documento reafirma que crianças e adolescentes são portadores de direitos, não sendo apenas objetos de intervenção do Estado ou da família (Brasil, 2010b).

O crescimento da juventude participativa, associado à criação do Conselho Nacional da Juventude e da Política Nacional da Juventude proporcionaram a formulação de políticas públicas elaboradas a partir das demandas das juventudes (Tasca; Brandão; Branco, 2020).

Na área da saúde, em 2004 foi desenvolvido o texto "Políticas de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens" e promovida a I Oficina de Elaboração do Marco Teórico Referencial da Sexualidade e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens, documentos que marcaram o início da participação ativa dos jovens e adolescentes nas políticas públicas na área da saúde (Jager et al., 2014).

Em 2010, o Ministério da Saúde criou as Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde com base na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. A participação da juventude é destacada neste documento como um dos temas estruturantes para a atenção integral à saúde desse grupo (Brasil, 2010b).

O ano de 2020, por sua vez, é simbólico por abranger historicamente as principais conquistas da população infanto-juvenil no Brasil: demarcam-se os 30 anos da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (nela incluído o público adolescente) e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além do registro de dez anos de implantação das Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Brasil, 2010b).

Apesar de ser um tema cuja produção científica ainda ser recente, tais políticas possuem como lócus privilegiado de estudo o campo da atenção primária à saúde, concentrando as publicações em periódicos situados no âmbito da saúde coletiva e universidades públicas (Sehnem; Arboit, 2020).

No entanto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens proporcionou destaque à integralidade da assistência e ao trabalho intersetorial e interdisciplinar de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos nesse público (Brasil, 2010b). A produção reuniu pesquisadores, profissionais de saúde, educadores, ativistas, representantes juvenis e gestores públicos, possuindo extensa produção de material técnico (Cabral; Brandão, 2020).

Reconhecendo o potencial de vulnerabilidade socioeconômica e política dos adolescentes e jovens, as diretrizes vêm para contribuir no direcionamento de criação de estratégias de cuidado, buscando prosseguir com uma visão holística e um tratamento

sistêmico e humanizado das demandas desse público. Tais fatos contribuem para reter a atenção desses jovens e adolescentes nos serviços ofertados dentro das unidades de saúde, aumentando a movimentação deles para além da procura por serviços específicos (Silva; Engstrom, 2020).

Apesar disso, em estudo sobre o uso do serviço de saúde por adolescentes, Santana et al. (2021) informam que o hábito de procurar ou não esses órgãos, em casos de necessidade, pode ser referente a fatores culturais como também aos impedimentos quanto ao acesso aos serviços. Dentre os motivos alegados pelo público, o mais citado é a falta de necessidade, seguido pela distância geográfica relativa às zonas rurais, incompatibilidade de horários e morosidade do atendimento profissional.

Em vista dessas dificuldades, as diretrizes foram publicadas com o objetivo geral de sensibilização e mobilização de gestores e profissionais do SUS para agregar nas ações, políticas e estratégias que concorram para atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens (Brasil, 2010b). Santana et al. (2021) reforçam que os serviços de saúde necessitam estabelecer cada vez mais proximidade com esse público, responsabilizando-se por ações de educação e promoção de saúde voltadas para as demandas dessa faixa etária em seus variados contextos culturais e particularidades.

A saúde dos adolescentes no Brasil pode adquirir ganhos importantes quando confrontada com a integralidade da atenção nos serviços de Atenção Básica à Saúde, de tal forma que a consolidação da atenção básica se mostra um pilar essencial para uma melhor atuação dos serviços voltados à saúde dos adolescentes (Brasil, 2010b; Santana et al., 2021).

No entanto, Barbiani et al. (2020) reivindicam a importância do trabalho interprofissional e intersetorial na atenção integral à saúde dos adolescentes. Os autores salientam a necessidade de se compreender que a saúde não se desenvolve somente nos serviços de saúde. Além disso, elevam a dimensão da articulação intersetorial das políticas na promoção da saúde, considerando os determinantes sociais da saúde relativos a esse grupo populacional, e sobretudo a articulação entre educação, assistência social e segurança pública (OMS, 2017; OPAS, 2023).

Com o intuito de colaborar na realização de atividades individuais e coletivas, assim do acompanhamento desse público nos serviços de saúde, o Ministério da Saúde publicou, em 2009, a Caderneta de Saúde do Adolescente, unificando informações sobre alterações corporais, alimentação, prevenção de doenças, saúde bucal, educação sexual e

reprodutiva. Além de funcionar como produto educacional, esse instrumento proporciona campos de registro, tais como odontograma, calendário de imunização e acompanhamento da puberdade, do crescimento e do índice de massa corpórea para subsidiar o profissional nas ações de cuidado (Lima et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos fatores apresentados, situar a adolescência e a juventude como enfoque da política pública e de produção científica demanda uma ótica baseada por evidências, integral, interprofissional e multisetorial, no reconhecimento desse público como sujeitos de direitos, como também na vinculação de suas reais necessidades nas pautas políticas, sobretudo na Política de Atenção à Saúde do Adolescente.

Durante todo o percurso das leituras relativas a este estudo, verificou-se que ainda são necessários ajustes no processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de ampliar a educação sexual e reprodutiva tanto no âmbito da educação quanto no contexto do local da pesquisa. Em nível nacional, sugere-se a reformulação da legislação, incorporando a saúde sexual e reprodutiva ao conteúdo pedagógico curricular, visando viabilizar seu efetivo desenvolvimento nas escolas. Essa proposta decorre da necessidade relatada pelos adolescentes entrevistados neste estudo sobre a educação sexual e reprodutiva nas escolas, já que afirmam que a instituição de ensino é um espaço adequado para essas atividades, indicando formatos como palestras, grupos de estudo e campanhas.

Nesse intento, propõe-se a realização de pesquisas adicionais voltadas a políticas em educação sexual e reprodutiva, incluindo trabalhos nos espaços não-formais. Destaca-se, dentro dessa temática, a importância de aprofundar os estudos direcionados ao público adolescente e jovem das instituições de ensino, considerando a necessidade de desenvolver a consciência e a segurança dos indivíduos diante das decisões que impactarão sua vida presente e futura.

Palavras-chave: Adolescentes; Educação sexual e reprodutiva; Política pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Revista de Avaliação da Educação Superior,** Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 722-743, nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009>. Acesso em: 05 out. 2026.

BARBIANI, Rosangela; SCHAEFER, Rafaela; LEAL, Sandra Maria Cezar; DALLA-NORA, Carlise Rigon; LUI, Lizandro; PAULA, Cristiane Cardoso de; CREMONESE, Luiza; BARRETO, Camila Nunes; OLIVEIRA, Maristela Costa de; VIEGAS, Karin; FARIAS, Elson Romeu. Atenção à saúde de adolescentes no Brasil: scoping review. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud,** v. 18, n.3, p. 1-26, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11600/1692715x.18308>. Acesso em: 05 out. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010a. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 05 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.** Série A: Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF, 2010b. 132p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescente s_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 05 out. 2026.

BRASILEIRO, Fellipe Sá; ALMEIDA, Ana Margarida Pisco. Barreiras à informação em saúde nas mídias sociais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** Campinas, v. 19, p. 1-21, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v19i00.8667199>. Acesso em: 05 out. 2026.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa**. Cadernos de Saúde Pública,** v. 36, n. 8, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>. Acesso em: 05 out. 2026.

CARDOSO, Alessandra Soares; CECCONELLO, Alessandra Marques. Fatores de risco e proteção para o suicídio na adolescência: uma revisão de literatura. **Revista Científica Perspectiva Ciência e Saúde,** Osório, v. 4, n. 2, p. 101-117, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29327/211045.4.2-5>. Acesso em: 05 out. 2026.

DOURADO, Simone Pereira da Costa; SANTOS, Wellington Lucas dos; ALVES, Aline Cristina Pereira. Políticas públicas e geração: os estatutos do idoso e da juventude. **Revista Confluências,** Niterói, v. 24, n. 2, p. 298-314, mai.-ago., 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu.v24i2.52229>. Acesso em: 05 out. 2026.

FAVA, Helder de Lima; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores na assistência estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. **Revista Ciências Administrativas,** v. 28, p. 114, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2022.28.e12649>. Acesso em: 05 out. 2026.

FRANCO, Maurilo de Sousa; BARRETO, Maryanna Tallyta Silva; CARVALHO, José Wilian de; SILVA, Pallysson Paulo da; MOREIRA, William Caracas; CAVALCANTE, Marília Costa; SILVA, Deborah Fernanda Campos da; LIMA, Luisa Helena de Oliveira. Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar. **Revista de Enfermagem da UFPE online,** v. 14, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/19818963.2020.244493>. Acesso em: 05 out. 2026.

JAGER, Márcia Elisa; BATISTA, Fernanda Altermann; PERRONE, Cláudia Maria; SANTOS, Samara Silva dos; DIAS, Ana Cristina Garcia. O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, abr.-jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-737221567004>. Acesso em: 05 out. 2026.

LIMA, Josefa Nayara de; COSTA, Roberta Kaliny de Souza; SOUSA, Ana Carolina Patrício de Albuquerque; NÓBREGA, Cristyanne Samara Miranda Holanda da. Utilização da caderneta de saúde do adolescente: percepção de profissionais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde,** v. 32, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9002>. Acesso em: 05 out. 2026.

MEDEIROS, Eliabe Rodrigues; SOARES, Manoelle Fernandes da Silva; REBOUÇAS, Danielle Gonçalves da Cruz; NETA, Maria Nazaré Chacon de Matos; SILVA, Sandy Yasmine Bezerra; PINTO, Erika Simone Galvão. Ações executadas no Programa Saúde na Escola e seus fatores associados. **Avances en Enfermería,** v. 39, n. 2, p. 167-177, mai.

2021. Disponível em: <http://doi.org/10.15446/av.enferm.v39n2.86271>. Acesso em: 05 out. 2026.

MIRANDA, Wanessa Debôrtoli de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; FERNANDES, Luísa da Matta Machado; SILVEIRA, Fabrício; SOUSA, Rômulo Paes de. Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública,** Belo Horizonte, v. 39, n. 4, p. 118, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT119022>. Acesso em: 05 out. 2026.

REIS, Gleice Barbosa; SOUSA, Marco Aurélio de; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; MALTA, Deborah Carvalho; MACHADO, Ísis Eloah; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Supervisão dos pais e comportamento sexual entre adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia,** v. 26, suppl. 1, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230013.supl.1.1>. Acesso em: 05 out. 2026.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia mundial para la salud de la mujer, el niño y el adolescente (2016-2030):** salud del adolescente. 70.ª Asamblea Mundial de la Salud. Mai. 2017. 13 p. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA70/A70_37-sp.pdf>. Acesso em: 05 out. 2026.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. **Global Accelerated Action for the Health of Adolescents (AA-HA!):** guidance to support country implementation. 2. ed. 2023. 260 p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240081765>. Acesso em: 05 out. 2026.

SALES, Jackeline Kérollen Duarte; SALES, Janayle Kéllen Duarte; ALVES, Dailon de Araujo; COELHO, Hercules Pereira; OLIVEIRA, Ozeias Pereira; SANTOS, Rosely Leyliane. Fatores de risco associados ao comportamento sexual de adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde,** n. 49, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e3382.2020>. Acesso em: 05 out. 2026.

SANTANA, Katiuscy Carneiro; SILVA, Etna Kaliane Pereira da; RODRIGUEZ, Raísa Brandão; BEZERRA, Vanessa Moraes; SOUZAS, Raquel; MEDEIROS, Danielle Souto de. Utilização de serviços de saúde por adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2807-2817, jul. 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.09712021>. Acesso em: 05 out. 2026.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes; MENDES, Raquel de Oliveira; MOREIRA, Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos; SANTOS, Cíntia Karim dos. A assistência estudantil e a Covid-19: o contexto das universidades federais paulistas. **Revista Serviço Social em Perspectiva,** Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 106-134, jul.-dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rssp.202121>. Acesso em: 05 out. 2026.

SENA, Luana Santos de; SILVA, Tatiany Oliveira da; ALMEIDA, André Henrique do Vale de. O papel da enfermagem na educação sexual dos adolescentes no âmbito escolar. **Revista Saúde Nobre,** Feira de Santana, v. 2, n. 1, p. 6-14, 2022. Disponível em: <https://unifan.net.br/wp-content/uploads/2022/05/Artigo-1-O-PAPEL-DA-ENFERMAGEMNA-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-SEXUAL-DOS-ADOLESCENTES-NOA%CC%82MBITO-ESCOLAR-1-1.pdf>. Acesso em: 05 out. 2026.

SEHNEM, Graciela Dutra; CRESPO, Bruna Tarasuk Trein; RIBEIRO, Aline Cammarano; WILHELM, Laís Antunes; ARBOIT, Jaqueline. Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. **Avances en Enfermería,** Bogotá, v. 37, n. 3, p. 343-352, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/78933>. Acesso em: 05 out. 2026.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roselo Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar,** São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65 >. Acesso em: 05 out. 2026.

SILVA, Reila Freitas; ENGSTROM, Elyne Montenegro. Atenção integral à saúde do adolescente pela Atenção Primária à Saúde no território brasileiro: uma revisão integrativa. **Interface - Revisão,** Botucatu, n. 24, suppl. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190548>. Acesso em: 05 out. 2026.

TASCA, Bianca Gonçalves; BRANDÃO, Elaine Reis; BRANCO, Viviane Manso Castello. Protagonismo juvenil: análise do projeto Rede de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde (RAP da Saúde) do município do Rio de Janeiro, na perspectiva de seus participantes. **Revista Saúde e Sociedade,** São Paulo, v. 29, n. 4, nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200070>. Acesso em: 05 out. 2026.

VALENÇA, Renata Cristiny Pereira; GUIMARÃES, Shayane Barros; SIQUEIRA, Lidiany da Paixão. Prescrição e uso de antidepressivos em crianças e adolescentes: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development,** Curitiba, v. 6, n. 12, p. 94860-94875, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-101>. Acesso em: 05 out. 2026.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO recommendations on adolescent sexual and reproductive health and rights.** Department of Reproductive Health and Research, 2018. Disponível em: https://bit.ly/34oqJfKAv. Acesso em: 05 out. 2026.